

Convênios e Contratos Acadêmicos - Financiamento de Projetos nas Universidades Públicas Federais

FORPLAD

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

I REUNIÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

15 A 17
MARÇO
2017

Lidia Maria A. Rodella

16.03.2017

PROPLAN

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FINANÇAS



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Sobre o que vamos falar?

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE
2. Processos e procedimentos na UFPE
3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 – principais alterações em Convênios/instrumentos de repasse

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

1. Termos de Execução Descentralizada

2. Convênios

2.1 Com recursos na conta única da UFPE

2.2 Com recursos na conta específica da FADE

- 2.2.1 Empenho UFPE (SICONV)
- 2.2.2 Arrecadação FADE
 - 2.2.2.1 Outras instituições concedentes
 - 2.2.2.2 Cursos pós-graduação (boletos)

3. Contratos Acadêmicos

3.1 UFPE (conta única)

3.2 FADE

- 3.2.1 Empenho UFPE
- 3.2.2 Arrecadação FADE
 - 3.2.2.1 Outras instituições contratantes
 - 3.2.2.2 Prestação de serviço

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- 1. Termos de Execução Descentralizada
 - “(...) descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (...)” (Decreto 6.170/2007 alt. Decreto 8180/2013);
 - Editais e convites;
 - Execução:
 - Lei 8.666/1993, Decreto 6.114/2007, Lei 8.958/1994, Decreto 7.423/2010;
 - Diretamente pela UFPE:
 - Nota de Crédito e PF;
 - Unidade gestora descentralizada;
 - Acompanhamento PFs e processos de pagamento DCCAc.
 - Com o apoio da FADE (empenho)
 - Convênio SICONV ; ou
 - Contrato Acadêmico

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- 1. Termos de Execução Descentralizada

- Vigentes em 2016:

- 72 projetos (R\$ 119 mi);
 - 20 órgãos federais (CAPES, FNDE, Institutos Federais, Fundo Nacional de Saúde, MCTI, Ministério da Cultura, Ministério das Cidades, Ministério do Esporte, ANP, SUDENE).

Ano	Projetos contemplados	Crédito Orçamentário recebido
2016	42	R\$ 41,2 milhões

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

• 2. Convênios

- Órgãos e entidades federais com estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos (Portaria Interministerial 424/2016);
- Entidades privadas sem fins lucrativos - com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos (Lei 8.958/1994).
- Execução:
 - 2.1 UFPE (Conta única) – recebendo recursos de estados, municípios e instituições privadas e/ou internacionais.

Ano	Convênios conta única vigentes	Convênios conta única celebrados no ano
2016	R\$ 10,1 mi (17 projetos)	R\$ 453 mil (6 projetos)

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- **2. Convênios**

- **Execução:**

- **2.2 Fundação de apoio**

- Lei 8.958/94, Decreto 7.423/2010, Portaria Interministerial 424/2016, Resolução 03/2011 Conselho Universitário;

- Conveniente: FADE-UFPE;

- **2.2.1 SICONV (empenho UFPE):**

- Conveniente: FADE-UFPE;

- Recursos de Termos de Execução Descentralizada;

Ano	Convênios SICONV vigentes	Convênios SICONV celebrados no ano
2016	R\$ 8,3 mi (5 projetos)	R\$ 4,2 mi (1 projeto)

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- 2. Convênios

- Execução:

- 2.2 Fundação de apoio

- 2.2.2 Arrecadação Fundação de Apoio:

- 2.2.2.1 Outras instituições concedentes (Petrobras, FINEP, Lei de informática, outros)

Ano	Convênios outros vigentes	Convênios outros celebrados no ano
2016	R\$ 5,3 mi (8 projetos)	R\$ 204,5 mi (8 projetos)

- 2.2.2.2 Cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado profissional) – estimativa de arrecadação

Ano	Convênios PG vigentes	Convênios PG celebrados no ano
2016	R\$ 29,4 mi (79 cursos)	R\$ 12 mi (21 cursos)

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- 3. Contratos acadêmicos

- Lei 8.958/94 e Lei 8.666/93 – Art. 24 É dispensável a licitação:

*XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da **pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional**, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada **detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos**.*

- Execução:

- 3.1 UFPE (Conta única) – recebendo recursos da administração pública, instituições privadas e/ou internacionais por prestação de serviço.

Ano	Contratos conta única vigentes	Contratos conta única celebrados no ano
2016	R\$ 10 mi (1 projeto)	R\$ 10 mi (1 projeto)

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- 3. Contratos acadêmicos

- Execução:

- 3.2 Fundação de apoio

- Lei 8.666/93, Lei 8.958/94, Decreto 7.423/2010 e Resolução 03/2011 Conselho Universitário;

- Contratada: FADE-UFPE;

- 3.2.1 Empenho UFPE:

- Contratada: FADE-UFPE;

- Recursos de Termos de Execução Descentralizada;

Ano	Contratos (empenho) vigentes	Contratos (empenho) celebrados no ano
2016	R\$ 57,2 mi (26 projetos)	R\$ 11,9 mi (6 projetos)

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

- 3. Contratos acadêmicos

- Execução:

- 3.2 Fundação de apoio

- 3.2.2 Arrecadação Fundação de Apoio:

- 2.2.2.1 Outras instituições concedentes (Petrobras, FINEP, CHESF, Lei de informática, outros)

Ano	Contratos outros vigentes	Contratos outros celebrados no ano
2016	R\$ 25,4 mi (13 projetos)	R\$ 4,3 mi (4 projetos)

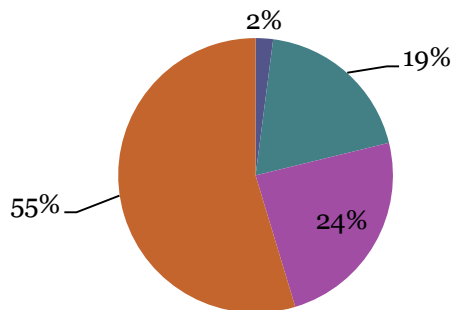
- 2.2.2.2 Prestação de serviço (laboratórios – pesquisa e extensão) – estimativa de arrecadação

Ano	Contratos laboratórios vigentes	Contratos laboratórios celebrados no ano
2016	R\$ 16,3 mi (2 projetos)	R\$ 11,8 mi (1 projeto)

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

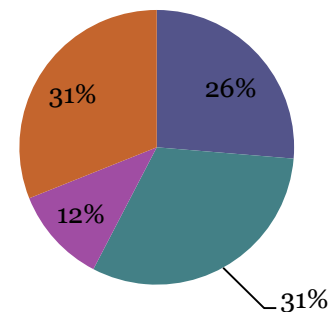
- Dos R\$ 60 milhões captados para novos projetos em 2016, 37% foi através de Convênios e 63% de Contratos Acadêmicos.

Valor de Convênios celebrados em 2016



■ C. ÚNICA ■ SICONV ■ OUTROS ■ CURSOS PG

Valor de Contratos Acadêmicos celebrados em 2016

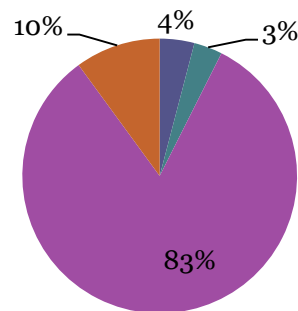


■ C. ÚNICA ■ EMPENHADO ■ OUTROS ■ LABS

1. Tipos de instrumentos jurídicos e números na UFPE

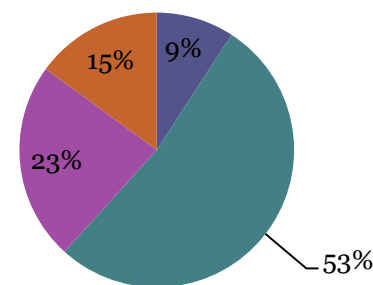
- Dos R\$ 356,7 milhões em projetos vigentes em 2016, 69% são de Convênios e 31% de Contratos Acadêmicos.

Valor de Convênios vigentes em 2016



■ C. ÚNICA ■ SICONV ■ OUTROS ■ CURSOS PG

Valor de Contratos Acadêmicos vigentes em 2016



■ C. ÚNICA ■ EMPENHADO ■ OUTROS ■ LABS

A expressiva participação de recursos de Convênios de outros financiadores é em grande parte decorrente de grandes obras financiadas pela FINEP (CT-Infra).

2. Processos e procedimentos na UFPE

- Portaria Normativa n. 39, de 03/12/2012.
- Finalidade: Assessoria e análise técnica nas etapas de elaboração, celebração, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, que envolvam parcerias com instituições públicas e privadas.



2. Processos e procedimentos na UFPE



2. Processos e procedimentos na UFPE

- Processos monitorados através de planilhas com indicadores
 - Coordenadoria de Elaboração

INDICADORES GERAIS					
1. Quantidade total de entrada de processos	87	2.A Quantos proc aguardando análise	8	2.B Quantos analisados	62
1.1 Quantos da categoria Convenios	24	2.A.1 Quantos proc aguardando análise - Italo	2	2.B.1 Quantos analisados - Italo	10
1.2 Quantos da categoria T.A./APO. Convênio	22	2.A.3 Quantos proc aguardando análise - Helen	4	2.B.3 Quantos analisados - Helen	32
1.3 Quantos da categoria Contratos	4	2.A.4 Quantos proc aguardando análise - Lidia	2	2.B.4 Quantos analisados - Lidia	20
1.4 Quantos da categoria T.A./APO. Contrato	11	2.A.5 Média de dias aguardando análise	133	2.B.5 Média de dias para conclusão da análise	8,79
1.5 Quantos da categoria T.E.D.	11				
1.6 Quantos da categoria Outros	15	3.A Quantos aguardando despacho	9	3.B Quantos despachados	42
1.7 Quantos de análise	45	3.A.1 Quantos aguardando despacho - Helen	9	3.B.1 Quantos despachados - Helen	33
1.8 Quantos de reanálise	33	3.A.2 Quantos aguardando despacho - Lidia	0	3.B.2 Quantos despachados - Lidia	9
1.9 Média total de dias no setor	10,7	3.A.3 Média de dias aguardando despacho	10,2	3.B.3 Média de dias para despacho	9,69
				3.B.4 Quantos despachados com diligência	13
				3.B.5 Quantos despachados sem diligência	46

Entrada de
Processos

Indicadores
Mensais

2. Processos e procedimentos na UFPE

- Processos monitorados através de planilhas com indicadores
 - Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização

Indicador / Mês				
	Jan	Fev	Mar	
Processos analisados e despachados	Número de processos analisados	53	105	64
	Volume Financeiro	284.840,17	3.776.093,07	778.565,82
	Tempo médio de análise	12,43396226	2,2	6,1
	Tempo médio de espera	5,7	7,4	12,8
	% de processos que precisaram de ajustes	36%	13%	0%
	Tempo médio na DCCAC	22,5	9,6	13,7

Número de processos aguardando análise	23
Tempo médio de processos aguardando análise	15,3
Total de processos analisados no ano	219
Volume Financeiro no Ano	4.839.499,06

*Tempo médio será sempre em dias

2. Processos e procedimentos na UFPE

- Processos monitorados através de planilhas com indicadores
 - Coordenadoria de Prestação de Contas

		INDICADORES G			
Indicador / Mês		Jan	Fev	Mar	Abr
Processos analisados e despachados	Número de processos analisados	4	3	5	0
	Tempo médio de análise na PC		1,0	3,4	
	Tempo médio de espera	0,5	0,3	0,6	
	Processos que precisaram de ajustes	50%	0%	60%	
	Tempo médio na PC	17,5	6,3	8,8	
Processos já aprovados	Número de instrumentos aprovados	0	2	0	0
	Número de processos aguardando análise	4			
	Tempo médio de aguardando análise	6,5			
	Total de processos analisados no ano	12			

Informações Gerenciais

*Tempo médio será sempre em dias

2. Processos e procedimentos na UFPE

- Processos monitorados através de planilhas com indicadores
 - Coordenadoria de Prestação de Contas

Indicadores de Distribuição					
Status / Servidor	Diligência FADE	Diligência UFPE	Em Análise	Aguardando Análise	Aguardando DOC's
Lídia					
Reizia	5			2	
Valéria			1		
Catarina				1	
Isabella			2		
Antonio				1	
TOTAL	5	0	3	4	0

Aguardando Distribuição

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- ~~Convênios, contratos de repasse e termos de cooperação~~ - instrumentos de repasse (art. 1º);
- Acompanhamento (metas e etapas) e conformidade financeira (art. 1º , I e V);
- Convênio de receita - órgãos e entidades federais são convenientes, estados e municípios concedentes (art. 1º , XII); depositados e geridos na conta única (art. 41, §16);
- Proposta de trabalho – manifestação formal da proponente, com objeto, justificativa, público alvo, recursos , capacidade técnica e gerencial (art. 1º , XXIX);

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Reprogramação - procedimento de aceite pelo concedente de pequenos ajustes ou adequações (art. 1º, XXX);
- Objeto de regulamentação pelo MPDG: critérios para avaliação das condições técnicas e operacionais (art. 1º, §3º); indicadores de eficiência e eficácia para seleção (art. 76);
- Não se aplica aos Termos de Execução Descentralizada (art. 2º);

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Níveis para fins de celebração, acompanhamento e prestação de contas (art. 3º e 9º, **IV e V**):

Nível	Objeto	Valor
I	Obras e serviços de engenharia	R\$ 250.000 ≤ \$ < R\$ 750.000
II	Obras e serviços de engenharia	R\$ 750.000 ≤ \$ < R\$ 5.000.000
III	Obras e serviços de engenharia	\$ ≥ R\$ 5.000.000
IV	Custeio ou aquisição de equipamentos	R\$ 100.000 ≤ \$ < R\$ 750.000
V	Custeio ou aquisição de equipamentos	\$ ≥ R\$ 750.000

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Até 10 dias para designação do servidor responsável pelo acompanhamento (art. 51, §1º);
- Critérios de acompanhamento definidos por Nível (art. 54) – conformidade financeira pela verificação dos documentos inseridos no SICONV e acompanhamento:
 - Obras e serviços de engenharia – % execução define visita in loco (2, 3 e 5);
 - Custeio e aquisição de equipamentos – visita in loco “obrigatória” para o Nível V.

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

Medida	Nível
PTA com parâmetros objetivos para caracterizar o cumprimento do objeto	I e IV
Cronograma de desembolso	I – 1ª parcela até 20% (4 meses) IV – parcela única
Minuta do instrumento simplificada	I e IV
Vedada a repactuação das metas e etapas	I e IV
Apresentação da licitação pelo conveniente e aceitação/aprovação pelo concedente é condição para liberação dos recursos	I e IV
Análise e aprovação da prestação de contas	I – atingimento dos resultados propostos e apontamentos de conformidade financeira não sanados; IV – priorizar a verificação dos resultados atingidos

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Responsabilidade do proponente/conveniente (art. 7º, XIX e XX):
 - Canal de comunicação para o recebimento pela União de manifestação dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
 - Em obras, incluir na placa informação sobre o canal.

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Chamamento público (art. 8º) :
 - **Obrigatório** para entidades privadas sem fins lucrativos (exceto MS);
 - Excluiu as orientações sobre informações mínimas do chamamento público;
 - Excluiu as exceções em que se poderia dispensar o chamamento público.

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Plano de Trabalho – compatibilidade de custos com o objeto a ser executado (art. 19, V);
- Cláusulas necessárias (art. 27, XXIX, XXX e XXXIII):
 - Autorização do convenente para o concedente solicite ao banco que os recursos sejam enviados para a conta única caso não sejam utilizados pelo prazo de 180 dias e do saldo caso não ocorra a devolução em até 30 dias do encerramento.
 - A forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto.

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Despesas administrativas:
 - Despesas com internet, transporte, aluguel, telefone, luz, água e similares (art. 38, §2º);
 - Deve ser inserido no SICONV a memória de cálculo do rateio da despesa (vedada duplicidade e sobreposição) (art. 38, §4º);

3. Portaria Interministerial nº 424/2016, de 30/12/2016 - Principais alterações

- Prestação de contas:
 - Redução na lista de documentos: RCO, declaração de realização dos objetivos, comprovante do recolhimento do saldo e termo de compromisso de arquivo dos documentos por 10 anos a contar da apresentação da PC (art. 62);
 - O prazo para o concedente analisar a prestação de contas passou de 90 dias para 1 ano (art. 64);

FORPLAD

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES
DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

I REUNIÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

15 A 17
MARÇO
2017



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PROPLAN

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FINANÇAS

Obrigada!

Diretoria de Convênios e Contratos Acadêmicos

convenio.proplan@ufpe.br

2126-8627

Curta e siga a PROPLAN nas redes sociais: *Ufpeproplanconectada*

